§ 7.º Em Lisboa e Pôrto, além das despesas com o expediente privativo dos magistrados, os cofres abonarão ao distribuidor geral e a cada escrivão dos juízos criminais a quantia mensal de 80\$, para todas as despesas com limpeza e expediente dos respectivos cartórios, incluindo o que fôr gasto pelos officiais de diligências; e a estes últimos serão fornecidos bilhetes de assinatura para passagem em carros eléctricos.

As quantias a abonar, nos termos d'este parágrafo, aos distribuidores gerais e escrivões encarregados do registo criminal nos juízos criminais das mesmas comarcas serão satisfeitas, em partes iguais, por todos os cofres d'esse juízo.

Pelas receitas sobranes dos cofres poderão ser satisfeitas as despesas com as ligações internas dos gabinetes dos magistrados e cartórios dos distribuidores gerais e escrivões aos telefones da rede geral, fornecidos pelo Estado, instalados no mesmo edificio.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 29 de Abril de 1931.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira—António Lopes Mateus—José de Almeida Eusébio—António de Oliveira Salazar—Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo—Fernando Augusto Branco—João Antunes Guimarães—Armando Rodrigues Monteiro—Gustavo Cordeiro Ramos—Henrique Linhares de Lima.*

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Decreto n.º 19:665

Pretendeu o Governo, com o decreto n.º 19:502, de 20 de Março de 1931, iniciar uma política de colaboração do Estado e dos corpos administrativos para que possam vir a ser realizados melhoramentos que muito interessam à melhoria das condições de trabalho e de vida das populações rurais.

Compreende-se que só mobilizando verbas relativamente avultadas e durante um período razoável se poderão conseguir resultados apreciáveis em toda a extensão do território nacional.

Dai o pensar-se em seguir um programa de trabalhos, ainda a pormenorizar, mas que desde já se devia prever extensivo a um período de dez anos, durante os quais o Estado contribuiria com uma soma fixa de 10:000.000\$, ou sejam 100:000.000\$ no fim daquele prazo. Pela proporção em que são obrigadas a concorrer as entidades que pretendam subsídios do Estado, deve supor-se que no fim de dez anos estariam empregados em estradas municipais ou vicinais, fontes e lavadouros públicos e outros melhoramentos rurais 300:000.000\$ a 400:000.000\$.

Sendo certo que o Estado não tem um fim de enriquecimento próprio, mas o de servir o interesse comum, entendeu-se que constituiriam esses subsídios do Estado a aplicação por excelência dos saldos das contas (quando as houvesse), pois que por tal processo se restituiria quasi directamente ao povo o que o povo tivesse pago a mais e além das exigências dos serviços públicos.

É nesta ordem de ideas que se publica o presente decreto.

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É o Governo autorizado a fazer inscrever durante dez anos, como despesa extraordinária, no orçamento do Ministério do Comércio e Comunicações a importância annual de 10:000.000\$ para os fins designados nos artigos 1.º e 10.º do decreto-lei n.º 19:502, de 20 de Março de 1931.

§ único. A referida verba será inscrita com a rubrica «Subsídios para melhoramentos rurais» e dividida em sub-rubricas em harmonia com os fins especiais a que aqueles se destinarem, podendo ser feitas transferências de umas para outras, nos termos previstos no artigo 37.º do decreto-lei n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Art. 2.º Para fazer face ao encargo annual da despesa autorizada pelo presente decreto dispor-se há, como receita compensadora, do saldo positivo da conta do ano findo anterior. Se esse saldo fôr insufficiente, o Governo decretará as providências que julgar convenientes a fim de realizar os necessários recursos financeiros.

Art. 3.º No orçamento do Ministério do Comércio e Comunicações em vigor para o corrente ano económico far-se há a inscrição autorizada pelo artigo 1.º d'este decreto, pela forma seguinte:

Despesas que têm como receita compensadora o saldo de contas do ano económico de 1929-1930.

Artigo 1.º Subsídios para melhoramentos rurais:

1) Estradas municipais e vicinaes	8:000.000\$00
2) Fontes e lavadouros públicos	2:000.000\$00
	<hr/>
	10:000.000\$00

Art. 4.º Éste decreto entra immediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 30 de Abril de 1931.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira—António Lopes Mateus—José de Almeida Eusébio—António de Oliveira Salazar—Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo—Fernando Augusto Branco—João Antunes Guimarães—Armando Rodrigues Monteiro—Gustavo Cordeiro Ramos—Henrique Linhares de Lima.*

Decreto n.º 19:666

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928: hei por bem, sob proposta do Ministro do Comércio e Comunicações e de harmonia com o artigo 17.º do decreto n.º 19:502, de 20 de

Março último, aprovar o regulamento para a execução do mesmo decreto.

O Ministro do Comércio e Comunicações assim o tenha entendido e faça executar. — Paços do Governo da República, 30 de Abril de 1931. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — João Antunes Guimarães.

Regulamento do decreto n.º 19:502 (melhoramentos puros)

Critério para distribuição da verba orçamental

Artigo 1.º A distribuição da verba orçamental destinada a subsidiar a construção de estradas municipais e vicinais será feita pelo Ministro do Comércio e Comunicações no princípio de cada ano económico e por distritos, pela forma seguinte:

a) 50 por cento na razão directa da área e população de cada distrito, conforme a tabela a organizar;

b) 50 por cento na razão inversa da rede de estradas nacionais e municipais existentes, em relação com a área e população respectivas.

§ 1.º Feita a distribuição, será o respectivo mapa publicado no *Diário do Governo*, 2.ª série, podendo as autarquias interessadas reclamar graciosamente junto do Ministro do Comércio e Comunicações com fundamento em qualquer erro de cálculo havido na distribuição.

§ 2.º No prazo de sessenta dias serão organizadas tabelas indicando as percentagens de distribuição pelos distritos.

Quem pode reclamar a concessão de subsídios e como se organizam as propostas

Art. 2.º As câmaras e juntas de freguesia que, sós ou agrupadas, pretenderem habilitar-se à concessão de um subsídio, dentro da verba atribuída pela forma indicada no artigo anterior para o respectivo distrito, apresentarão as suas propostas ao respectivo governador civil, das quais constará:

a) Um estudo prévio da estrada pretendida, sua origem e destino, acompanhado do anteprojecto constando de planta geral, perfil longitudinal, indicação das obras de arte a construir e estimativa da execução dos trabalhos, tendo em vista a região, natureza dos terrenos, o preço da mão de obra e todas as demais circunstâncias que possam influir no seu custo;

b) Indicação da percentagem do subsídio e forma do seu pagamento;

c) Declaração de oferecimento voluntário dos terrenos feita pelos interessados ou da necessidade de proceder a quaisquer expropriações, indicando-se neste caso, na respectiva planta, quais as parcelas a expropriar e a sua natureza;

d) Indicação dos nomes de dois representantes da entidade proponente a cujo cargo ficará a fiscalização da obra;

e) Indicação do prazo dentro do qual se comprometem a dar começo às obras, após a aprovação da proposta, e duração provável das mesmas.

§ 1.º Para a elaboração do anteprojecto poderá a entidade proponente recorrer a técnico da sua confiança ou requerê-lo, para esse efeito, ao Ministro do Comércio e Comunicações, directamente ou por intermédio da respectiva direcção de obras públicas, comprometendo-se neste caso a pagar-lhe as despesas de viagem e ajudas de custo. O técnico será pôsto à disposição da autoridade requerente no prazo máximo de trinta dias.

§ 2.º Na demarcação das estradas deverão aproveitar-se, sempre que seja possível, dentro das características indicadas no artigo 1.º, os leitos dos caminhos vicinais já existentes e bem assim as obras de arte que ofereçam a necessária resistência ou possam ser melho-

radas de modo a satisfazerem às condições de trânsito a que a estrada for principalmente destinada; tornando-se indispensável expropriar quaisquer parcelas de prédios, devem estas ser escolhidas, quanto possível, marginando os mesmos, e aproveitando, na concorrência entre dois prédios, aquele cujos terrenos forem inferiores em produtividade.

§ 3.º Quando as condições do terreno o exijam e as de trânsito o permitam, poderão as características exigidas pelo artigo 3.º do decreto n.º 4:281, de 27 de Abril de 1918, sofrer as seguintes modificações:

a) Aumento da percentagem das rampas;

b) Diminuição do raio das curvas;

c) Dispensar o empedramento ou faixa de rolagem;

d) Reduzir até 3 metros a largura contada entre as arestas interiores das valetas.

§ 4.º No caso de ser admitida a redução da alínea d) deverão estabelecer-se desvios de espaço a espaço, visíveis de uns para outros, com um mínimo de 3 metros de largura e 8 de extensão.

§ 5.º A largura das obras de arte será normalmente de 5 metros.

§ 6.º Para maior facilidade das entidades que pretendam apresentar propostas serão elaborados imediatamente anteprojectos-tipo para as diferentes regiões do País, contendo a indicação do género de estrada mais adaptável e as estimativas aproximadas por quilómetro; estes anteprojectos serão facultados aos corpos administrativos pelas respectivas direcções de obras públicas.

Da apresentação no governo civil e prazo para as reclamações

Art. 3.º Compete ao governador civil, recebida qualquer proposta, dar cumprimento ao disposto no artigo 5.º do decreto n.º 19:502, mandando, para este efeito, afixar imediatamente editais nas freguesias interessadas, com a indicação sumária da proposta apresentada, e fazendo, outrossim, comunicação à câmara ou câmaras respectivas quando não forem as proponentes.

§ 1.º As reclamações terão unicamente por objecto a lesão do legítimo interesse particular ou público; serão em papel comum e, quanto possível, resumidas e esclarecidas com gráficos, plantas ou qualquer meio de prova documental.

§ 2.º Quando as reclamações suscitarem dúvidas que careçam de inspecção local, o governador civil poderá reclamar à direcção de obras públicas um técnico para proceder a uma inspecção directa do ponto questionado e dar o seu parecer por escrito, que subirá juntamente com a proposta.

§ 3.º A entidade proponente poderá sempre tomar vista das reclamações apresentadas e juntar quaisquer esclarecimentos ou alteração à primitiva proposta.

§ 4.º O prazo de trinta dias marcado pelo artigo 5.º do decreto n.º 19:502 poderá ser prorrogado pelo governador civil, a requerimento de qualquer interessado, por mais quinze dias; findo este prazo ou o de trinta dias, não tendo havido prorrogação, será o processo enviado imediatamente ao Ministro do Comércio e Comunicações.

Da aprovação pelo Ministro do Comércio e Comunicações.

Art. 4.º As propostas que derem entrada no Ministério do Comércio e Comunicações serão numeradas pela ordem da sua recepção, e delas tomará conhecimento o Ministro, nos termos e para os efeitos do artigo 6.º do decreto n.º 19:502, conhecendo, outrossim, de todas as reclamações apresentadas, da forma de pagamento de subsídios a conceder e da nomeação do técnico que exercerá a fiscalização da respectiva obra conjuntamente com os dois representantes da entidade proponente.

§ único. Será publicada no *Diário do Governo* notícia sumária de cada despacho de aprovação.

Ordem de preferência na admissão das diferentes propostas

Art. 5.º Concorrendo à verba de subsídios mais de uma proposta do mesmo distrito ou concelho, atenderá o Ministro às preferências seguintes:

- a) Não ter a povoação ou lugar qualquer outra estrada ou via de comunicação próxima;
 - b) Destinar-se à estação de caminho de ferro, pôrto ou estrada já em serviço;
 - c) Servir mais de uma povoação ou lugar.
- Em circunstâncias equivalentes terá preferência:
- d) Aquela cujo custo total constitua um menor encargo para o Estado;
 - e) Aquela cujo subsídio reclamado fôr inferior à percentagem estabelecida no artigo 11.º do decreto n.º 19:502.

§ 1.º Quando uma proposta, embora merecedora de aprovação, não puder ser subsidiada por se haver esgotado a verba do respectivo distrito, aguardará até o fim do segundo trimestre do ano económico, e se então existirem sobras, nos termos do § 2.º do artigo 10.º do decreto n.º 19:502, serão as mesmas atribuídas às propostas que existirem dos diversos distritos, tendo em atenção as preferências indicadas no artigo 5.º; e se ainda alguma restar sem subsídio, concorrerá, nos mesmos termos, às dotações do novo ano.

§ 2.º Quando a execução da obra durar mais de um ano, poderá a concessão do subsídio ser dividida em duas ou mais anuidades, considerando-se neste caso cativa a verba distribuída no futuro ano ao respectivo distrito em relação às anuidades que pertencerem a propostas já aprovadas em anos anteriores.

§ 3.º Se, ao findar o prazo em que se obrigou, qualquer entidade proponente não tiver dado começo às obras, perderá o direito ao subsídio, salvo se oportunamente tiver apresentado justificação da demora, como tal reconhecida pelo Ministro do Comércio e Comunicações.

Das expropriações e sua forma

Art. 6.º Havendo lugar a qualquer expropriação, nos termos do artigo 7.º do decreto n.º 19:502, a entidade expropriante, obtida a aprovação da proposta, oficiará ao secretário de finanças e ao interessado, e, na falta ou recusa deste, ao delegado da respectiva comarca, pedindo a nomeação de um perito, a quem será participado o dia e hora em que deverá comparecer no local em questão para se proceder ao arbitramento do valor da parcela a expropriar.

§ 1.º Os peritos atenderão ao valor real e corrente do terreno ou construção, reduzindo se a diligência a auto simples, que será sumariamente transcrito na primeira acta do corpo administrativo proponente.

§ 2.º No caso de o interessado se não conformar com o valor arbitrado, poderá aceitar a sua importância, protestando, no auto referido no parágrafo anterior, por recurso para o juiz de direito da comarca, que será interposto dentro dos dez dias seguintes.

Este incidente não poderá suspender a execução imediata das obras.

§ 3.º Recebido o recurso, o juiz nomeará um quarto perito e marcará novo arbitramento e, em face dos laudos dos quatro peritos, que neste caso serão dados por oscrito, decidirá em definitivo.

§ 4.º A decisão do incidente será proferida no prazo de sessenta dias a contar da sua recepção em juízo; as custas, quando devidas, não poderão exceder 10 por cento do valor do recurso.

§ 5.º Aos peritos nomeados pelo delegado do Ministério Público e secretário de finanças será abonada pela

entidade expropriante a diária de 30\$; havendo recurso, serão estas importâncias, tanto do primeiro como do segundo arbitramento, pagas por quem decair.

De abono dos subsídios e forma do seu pagamento

Art. 7.º O subsídio poderá ser abonado por quilómetro terraplenado ou empedrado, ou em prestações proporcionais à quantidade de trabalho já feito. Só poderá fazer-se qualquer abono de subsídio mediante a declaração do delegado técnico do Ministro de se achar completa a parte do trabalho correspondente nas condições previstas no respectivo projecto.

§ único. O pagamento dos subsídios será feito aos responsáveis indicados pela entidade proponente nas delegações do Banco de Portugal ou na tesouraria de finanças do concelho a que pertencer a entidade proponente.

Classificação das estradas de 3.ª ordem

Art. 8.º São classificadas como estradas municipais ou de 3.ª ordem as que, tendo as características indicadas no artigo 3.º do decreto n.º 4:281, de 27 de Abril de 1918, se destinarem a ligar sedes dos concelhos entre si; a sede do concelho ou freguesia com estação de caminho de ferro mais próxima, com estrada nacional ou municipal, com pôrto de mar ou fluvial, com estação balnear ou termal, com mercados, feiras e centros industriais ou comerciais mais importantes da região.

Art. 9.º São classificadas como estradas vicinais as que, dentro do mesmo concelho, tiverem as características e alguns dos destinos previstos no artigo anterior.

Art. 10.º Consideram-se susceptíveis de integração no respectivo plano geral das estradas municipais e vicinais os lanços já construídos ou em construção, embora ainda não classificados, bem como os que de futuro vierem a sê-lo, em execução do decreto n.º 19:502 e do presente regulamento.

Disposições referentes às propostas sobre estradas nacionais

Art. 11.º São aplicáveis à execução dos direitos consignados nos artigos 14.º e 15.º do decreto n.º 19:502 as disposições do presente regulamento, podendo qualquer entidade requerer ao Ministro do Comércio e Comunicações que lhe seja fornecida cópia da planta e respectivo orçamento de qualquer trço de estrada a construir ou reparar.

Art. 12.º É lícito a qualquer entidade ou particular melhorar ou reparar à sua custa qualquer parte de estrada de 1.ª, 2.ª ou 3.ª ordem, obrigando-se o Estado a fornecer-lhe a necessária assistência técnica, logo que para tal fim seja requerida ao Ministro do Comércio e Comunicações.

Art. 13.º Os corpos administrativos poderão empregar na construção e reparação de estradas municipais ou vicinais o imposto de serviço braçal, lançado nos termos da lei administrativa que vigorar.

Art. 14.º Na distribuição e aplicação das verbas destinadas a outros melhoramentos rurais, organização e apresentação das propostas feitas pelas câmaras ou juntas de freguesia, aprovação das mesmas, concessão o abono de subsídios, expropriações necessárias e execução das respectivas obras serão observados os princípios e preceitos aplicáveis do presente regulamento.

§ único. Quando as propostas tiverem por objecto o abastecimento de águas potáveis, pela transformação das fontes de mergulho em chafarizes ou fontenários de água corrente, e outrossim a exploração de outras ou o aproveitamento das águas sobejas no estabelecimento de lavadouros públicos, as propostas deverão atender na captação, condução e estabelecimento dos bebedouros e tanques de lavagem aos preceitos de higiene e condições

de salubridade pública; o respeito daqueles e destas será atestado pelo respectivo delegado de saúde, que para tal efeito será mandado ouvir pelo governador civil, dentro dos prazos indicados no artigo 5.º deste regulamento, se da proposta ainda não constar o seu parecer ou sobrevierem reclamações contra a salubridade.

Art. 15.º (transitório). A verba inscrita no orçamento do ano económico corrente para os fins designados nos artigos 1.º e 10.º do decreto-lei n.º 19:502 será destinada, de um modo especial, a troços de estradas já ter-
raplenados ou iniciados pelos povos, bem como a obras de construção, reparação, melhoria ou conclusão de estradas e chafarizes ou fontes e lavadouros públicos.

§ único. As câmaras e juntas de freguesia poderão enviar a partir da publicação deste decreto, por intermédio dos respectivos governadores civis, propostas habilitando-se à aplicação desta verba, com dispensa dos prazos a que se refere o artigo 3.º do presente regulamento.

Paços do Governo da República, 30 de Abril de 1931.—O Ministro do Comércio e Comunicações, *João Antunes Guimarães*.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Inspecção Geral do Ensino Particular

Decreto n.º 19:667

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições: hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É prorrogado até o dia 20 de Maio próximo o prazo para matrícula dos alunos externos, mediante o pagamento das quantias fixadas pelo artigo 35.º do decreto n.º 19:244, de 16 de Janeiro último.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 30 de Abril de 1931.—*ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—Domingos Augusto Alves da Costa Olivetra—António Lopes Mateus—José de Almeida Eusébio—António de Oliveira Salazar—Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo—Fernando Augusto Branco—João Antunes Guimarães—Armindo Rodrigues Monteiro—Gustavo Cordete Ramos—Henrique Linhares de Lima.*

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Inspecção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas

Decreto n.º 19:668

Considerando que convém à economia nacional res-
peitar os hábitos das populações rurais e as necessida-

des da lavoura no que diz respeito ao abastecimento de pão e ao fabrico de farinha para gado;

Considerando a necessidade de definir e estabelecer normas no que respeita a farinhas de trigo em rama, seu fabrico e respectiva fiscalização;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É permitido o fabrico de farinha de trigo em rama às fábricas de moagem, matriculadas ou não, que o requeiram, para consumo da região em que funcionam e mediante licença concedida pela Inspecção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas.

§ 1.º Os requerimentos para a concessão da licença de que trata este artigo devem ser acompanhados de certificado comprovativo da necessidade de tal fabrico, passado pela autoridade administrativa local.

§ 2.º Não podem ser compreendidas nas disposições do presente artigo as fábricas de moagem de Lisboa e Porto e concelhos limítrofes.

Art. 2.º Consideram-se farinhas de trigo em rama, além das produzidas em moinhos ou azenhas, as farinhas de trigo produzidas em fábricas de mós, cilindros ou mixtas, com peneiração, desde que sejam obtidas pela junção automática de todos os produtos da moagem e colhidos, assim misturados, em uma só conduta, fazendo parte da instalação da fábrica.

§ único. Será encerrada e selada por espaço de um ano a fábrica que faça a mistura dos diferentes produtos fora das condições deste artigo.

Art. 3.º As fábricas de moagem nas condições do artigo 1.º devem comunicar à Inspecção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas, com a antecedência de pelo menos dez dias, a data em que começam a laboração de farinha de trigo em rama, período de laboração, ou se essa laboração é permanente.

Art. 4.º A Inspecção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas, para efeito da fiscalização a que se refere o presente decreto, não deverá nunca fazer deslocar, com carácter de permanência, os agentes ou fiscaes para junto das referidas fábricas, e assim:

a) A fiscalização normal das fábricas que trabalharem por períodos determinados será exercida em dias escolhidos pelo inspector técnico das indústrias e comércio agrícolas e nunca deverá ir além de dez dias em cada trinta;

b) A fiscalização normal das fábricas que trabalharem permanentemente será exercida nas mesmas condições em que o é presentemente para as fábricas produzindo farinha tipo único.

§ único. São de conta dos proprietários ou empresas proprietárias das fábricas as despesas a que der origem a fiscalização a que se refere o presente artigo.

Art. 5.º São autorizados os moinhos e azenhas a fabricar farinhas de trigo em rama, centeio o milho para uso das populações rurais, e ainda de outros cereais para consumo do gado da região.

Art. 6.º As fábricas a que se refere o artigo 1.º do presente decreto que produzam ou tenham em qualquer das suas dependências farinha diferente da indicada no artigo 2.º ficam sujeitas à apreensão da dita farinha, constituindo o produto da sua venda, deduzidas as despesas a que tiver dado origem, receita do Estado.

§ único. Em caso de reincidência, além do procedimento citado, que se estenderá a todos os produtos existentes na fábrica delinqüente, será esta encerrada e selada por espaço de um ano,